

Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre

banrisul

Limitar expansão dos gastos não é tesouraço

Na minha coluna anterior, defendi um ajuste fiscal de cerca de 2 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) até 2030 - de um déficit primário de 0,5% do PIB em 2026 para um superávit de 1,5% - , condição para estabilizar a dívida bruta no médio prazo, hoje já em 82,9% do PIB. Ou seja: defendo basicamente que o governo cumpra as metas indicativas que ele mesmo apresentou no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2027), enviado em agosto para o Congresso (sem contabilidade criativa).

Para tanto, será preciso atacar tanto receitas como despesas. Alguns, porém, vêm rotulando qualquer limitação de gastos primários como "tesouraço", em alusão ao ajuste de Javier Milei na Argentina, que inspirou a candidatura derrotada de Flávio Bolsonaro. Trata-se de um exagero retórico. Pior: a analogia sugere que conter a expansão de alguns gastos seria incoerente com a continuidade da ampliação do gasto social.

O ajuste de Milei foi de cerca de 6 pontos do PIB em 2024, praticamente todo pelo lado da despesa, que encolheu 27% em termos reais. Houve cortes nominais e reais: descontada a inflação, os investimentos caíram 76%; as transferências às províncias, 70%; o gasto com aposentadorias, 14%. Tudo em um único ano.

O que se discute aqui é de outra natureza: um ajuste de cerca de 2 pontos do PIB diluídos em quatro anos - meio ponto por ano, esforço cerca de dez vezes menor que o argentino -, combinando medidas pelo lado das receitas e das despesas primárias. Mesmo que metade venha do gasto, a despesa total seguiria crescendo acima da inflação, só que menos que o PIB.

É verdade que cerca de 90% do gasto primário federal brasileiro é obrigatório, boa parte dele "social". Mas desacelerar o ritmo de expansão de uma despesa não é cortá-la. O arcabouço fiscal, proposto pelo próprio governo Lula, já limita o crescimento real da despesa a, no máximo, 2,5% ao ano, desde 2024. No fim daquele ano, esse mesmo governo submeteu o ganho real do salário-mínimo a esse teto, sem abandonar a agenda social.

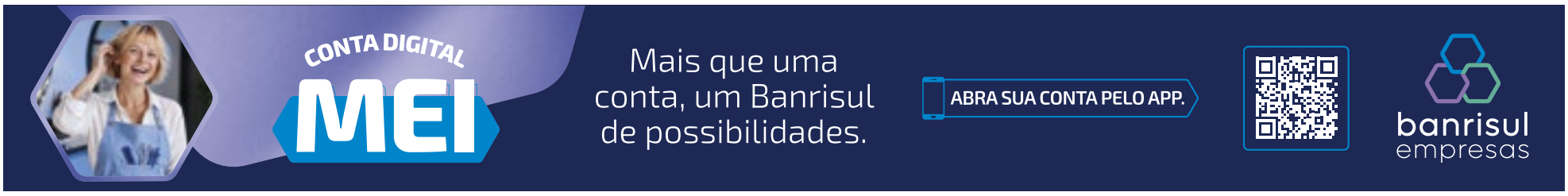
Dentro de um teto, cada gasto disputa espaço com os demais. Quando supersalários, emendas parlamentares e benefícios concedidos de forma irregular avançam, sobra menos para os programas sociais. Contê-los é o que permite ao gasto social seguir crescendo. E rever gastos tributários que beneficiam sobretudo o topo reduz a parte do ajuste que precisa vir da despesa.

Não há contradição entre consolidação fiscal e expansão do gasto social, e a experiência brasileira mostra isso. Em 2003, o primeiro governo Lula elevou a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB e, no mesmo ano, criou o Bolsa Família, que chegaria a 11 milhões de famílias em 2006. O gasto social cresceu, e a dívida/PIB caiu.

Há quem diga que o problema está nos juros da dívida, e não no gasto primário. Mas os juros são causa e consequência da fragilidade fiscal. Causa porque a conta de juros - R$ 1,2 trilhão nos 12 meses até setembro - é o que faz a dívida crescer. Consequência porque a dívida crescente e uma política fiscal que estimula a demanda em uma economia com algum grau de superaquecimento elevam o prêmio de risco e forçam o Banco Central a segurar a Selic em níveis altos.

Reduzir os juros de forma sustentada, porém, passa longe de experimentos mágicos, como mostrou a Turquia recentemente. O governo Erdogan forçou o banco central a cortar a taxa básica de 19%, em 2021, para 8,5%, no início de 2023. Resultado: a inflação saltou de cerca de 20% em 2021 para mais de 85% em 2022, e a lira perdeu cerca de 60% do valor frente ao dólar em dois anos. Após a eleição de 2023, veio o remédio amargo: os juros chegaram a 50%.

O caminho que devemos buscar seguir é o inverso: um ajuste crível, que reduza o risco fiscal e abra espaço para o BC cortar juros. A Argentina mostra o custo de adiá-lo e a Turquia, o de buscar atalhos. Quem quer poupar o Brasil de uma motosserra amanhã deveria apoiar um ajuste gradual hoje.



Prédio histórico no Centro de Porto Alegre será utilizado para moradia

Com investimento inicial de R$ 8 milhões, imóvel passará por modernização e unidades serão vendidas a partir de R$ 390 mil

/ HABITAÇÃO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

Com um investimento de R$ 8 milhões, o prédio Possidônio da Cunha, localizado na rua Vigário José Inácio, nº 479, esquina com a rua dos Andradas, no Centro Histórico de Porto Alegre, vai passar por uma modernização que promete mudar a fotografia do bairro. O edifício, com 27 apartamentos de dois e três dormitórios, é tombado pelo patrimônio histórico e será destinado exclusivamente para moradia. A execução da obra será de responsabilidade da empresa Toniolo.

O CEO da Recons Retrofit, Kléber Sobrinho, disse que será adotado no prédio o sistema Retrofit. "As obras de modernização da estrutura de nove pavimentos e dos 27 apartamentos começam ainda este mês com previsão de conclusão em março de 2027", destaca. O térreo da edificação segue sendo utilizado por lojistas (duas óticas, uma lanchonete e uma farmácia) e o terraço do prédio será usado para lazer.

Sobrinho explica que os apartamentos serão comercializados a partir de R$ 390 mil. O apartamento de três dormitórios possui 114 metros quadrados de área privativa e o de dois dormitórios chega a 85 metros quadrados. A estrutura possui sacadas, suítes, dois elevadores e chaminés que têm a possibilidade de serem transformadas em churrasqueiras.

"A vocação do prédio é que ele seja totalmente família", comenta. Situado na rua Vigário José Inácio, em um dos locais mais tradicionais da cidade, o prédio teve diferentes atividades ao longo dos anos: foi utilizado para salas comerciais, clínicas e consultórios.

ARTUR KOCH/JC



Edifício Possidônio da Cunha conta com nove pavimentos e 27 apartamentos

Segundo Sobrinho, a construtora adquiriu o imóvel pelo preço de R$ 8 milhões. "Faremos uma revitalização no edifício com a intenção de revitalizá-lo completamente. O projeto tem o objetivo de transformar o imóvel que já funcionou como salas comerciais em um espaço 100% residencial", destaca.

Por ser tombado pelo patrimônio histórico, o prédio não será demolido e a fachada da rua Vigário José Inácio será preservada. "A intervenção contempla o resgate e a qualificação da fachada e das esquadrias, além de uma modernização completa da infraestrutura interna (como a inclusão de novos pontos de tomada e espera para ar-condicionado)", explica o CEO.

A construtora possui dois outros empreendimentos no Centro de Porto Alegre: o Cais Rooftop, na rua Caldas Júnior, número 11, inaugurado em 2024, e o Cais Fratelli, também na Caldas Júnior, que será concluído em fevereiro de 2027.